

Ano 18, Vol. XVIII, Núm.1, jan-jun, 2025, pág. 146-164.

UMA REVISÃO HISTÓRICA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CAVERNA DO MAROAGA

A HISTORICAL REVIEW OF CONSERVATION UNITS: THE CASE OF THE
ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA (EPA) CAVE OF MAROAGA

Erick Alves de Brito Coelho
Janaína Paolucci Sales de Lima

RESUMO

As Unidades de Conservação são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais importantes, legalmente instituídos pelo Estado Brasileiro. O objetivo deste trabalho é abordar o contexto histórico que constituiu as Unidades de Conservações do Brasil, destacando o plano de gestão sustentável da (APA) de Presidente Figueiredo Caverna do Maroaga. O levantamento de dados foi realizado através de uma pesquisa descritiva e explicativa compreendendo o período de inclusão 1934-2022 em plataformas eletrônicas. Com base no levantamento bibliográfico realizado, verificou-se a publicação de 14 produções bibliográficas sobre as Unidades de Conservação, principalmente sobre a APA Caverna do Maroaga. Os resultados apresentaram a importância histórica das Unidades de Conservação do Brasil e que a análise do plano de gestão a (APA) de Presidente Figueiredo Caverna do Maroaga como uma Área de Preservação Ambiental possui o objetivo de preservar a biodiversidade e as populações, tradicionais.

Palavras-chave: Áreas de Proteção; Floresta amazônica; Governança Ambiental; Histórico.

ABSTRACT

Conservation Units are territorial spaces and their environmental resources, including jurisdictional waters, with important natural characteristics, legally established by the Brazilian State. The objective of this work is to address the historical context that constituted the Conservation Units in Brazil, highlighting the sustainable management plan of the (EPA) of Presidente Figueiredo Cave of Maroaga. Data collection was carried out through a descriptive and explanatory research comprising the inclusion period 1934-2022 on electronic platforms. Based on the bibliographic survey carried out, it was verified the publication of 14 bibliographic productions on the Conservation Units, mainly on the EPA Cave of Maroaga. The results showed the historical importance of Conservation Units in Brazil and that the analysis of the management plan (EPA) of Presidente Figueiredo Cave of Maroaga as an Environmental Preservation Area has the objective of preserving biodiversity and traditional populations.

Keywords: Protection Areas; Amazon rainforest; Historic; Environmental Governance.

INTRODUÇÃO

A União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), com sede em Gland na Suíça, é a maior e mais antiga rede global de meio ambiente do mundo, criada em outubro do ano de 1948 e padronizou normas para as criações e as gestões de Unidades de Conservação no mundo (SOUZA, 2014).

Na realidade brasileira o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) ordena a preservação ambiental no país, ao estabelecer a forma de criação, implantação e gestão das unidades de conservação no Brasil (BRASIL, 2000).

Segundo o artigo primeiro da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, as Unidades de Conservação são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais importantes, legalmente instituídos pelo Estado Brasileiro, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da legislação ambiental (BRASIL, 2000).

Ainda segundo a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, possuindo atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e que objetiva proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso da biodiversidade.

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Presidente Figueiredo Caverna do Maroaga é uma Unidade de Conservação (UC) estadual do Amazonas. A Unidade foi criada pelo Decreto Estadual nº. 12.836 de 09 de março de 1990 objetivando destacar áreas do patrimônio do governo estadual para fins de conservação ambiental. (AMAZONAS, 2011).

Este artigo visa de contextualizar e salvaguardar a representatividade de porções significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente que é a função de uma Unidade de Conservação como é o caso da Área de Proteção Ambiental (APA). O objetivo deste trabalho é abordar o contexto histórico que constituiu as Unidades de Conservações do Brasil, destacando a gestão sustentável da (APA) de Presidente Figueiredo Caverna do Maroaga.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Origem das Áreas de Preservação

A ideia da criação de áreas naturais começou nos Estados Unidos e foi influenciada e teorizados por Thoreau (1859) e Marsh (1864). O primeiro estudou gestão florestal e criticou a destruição das florestas para o comércio, onde em meados do século XIX, quando o avanço dos colonos para o oeste, causou grande destruição florestal, por causa da mineração e do extrativismo predatório de recursos madeireiros. O segundo havia publicado um livro chamado o Homem e a Natureza (*Man and Nature*), amplamente divulgado e discutido nos Estados Unidos, que mostrava onda de destruição do mundo natural ameaçava a própria existência do homem sobre a terra e a partir das suas ideias foi criada uma comissão nacional de especialistas florestais (DIEGUES, 2002 apud MCCORMICK, 1992).

Com todos os movimentos realizados anteriormente, proporcionaram o marco inicial da constituição das áreas protegidas no mundo foi a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos da América. Criado em no início do mês de março de 1872 às margens do rio Yellowstone, no oeste estadunidense, este Parque Nacional procurou responder, em parte, a um intenso processo de apropriação da terra, de dilapidação dos recursos naturais, de concentração de renda e de poder desencadeado nos Estados Unidos, particularmente após meados do século XIX (ANDRADE; IADANZA, 2016).

A crítica ao modelo americano foi a exclusão dos povos tradicionais, os indígenas, cujo o tato na hora da expansão das fronteiras do país não levou em conta a participação desses povos, baseando-se, nas consequências do avanço do capitalismo sobre o oeste selvagem, nos efeitos da mineração sobre rios e lagos americanos, uma vez que os índios americanos tinham vivido em harmonia com a natureza por milhares de anos (DIEGUES, 2002).

Segundo Araújo (2012A) a idealização de se criar parques nacionais teve grande apreciação e se espalhou rapidamente pelo mundo. Inspirados na experiência americana em Yellowstone, diversos países criaram seus parques nacionais: como o Canadá, em 1885; a Nova Zelândia, em 1894; a Austrália e a África do Sul, em 1898; o México, em 1898; e a Argentina, em 1903. Na colonização europeia sobre a África a Tabela 1 mostra a criação de parques nacionais no continente africano.

Tabela 1: Criação de Parques Nacionais Africanos (final do século XIX e século XX)

Parques Nacionais Africanos

Ano de Criação	Nome do Parque	Localidade
1925	Parque Albert (Atual Parque Nacional de Virunga)	Congo
1934	Parque Nacional Akagera	Ruanda
1935	Parque Nacional da Gorongosa	Moçambique
1938	Parque Nacional de Garamba	Congo
1948	Parque Nacional de Tsavo	Quênia
1951	Parque Nacional de Serengeti	Quênia/Tanzânia

Fonte: Criado a partir das informações de (ARAÚJO, 2012A).

A experimentação desses parques nacionais das potências europeias ocorreu em suas colônias, principalmente na África, paralelamente ao nascimento das idealizações de áreas protegidas, começava a tornar-se prática corrente a realização de grandes reuniões internacionais para o debate de assuntos científicos, o intercâmbio de informações (ARAÚJO, 2012A).

Desde 1962, a pedido das Nações Unidas, a IUCN prepara uma lista das UCs do mundo, que reúne alguns requisitos mínimos. O número de categorias tem variado com o tempo, já tendo chegado em doze categorias. Atualmente são seis categorias. São elas:

i) reservas naturais estritas (áreas naturais manejadas principalmente com fins científicos); ii) – áreas silvestres (áreas naturais manejadas principalmente para a proteção da natureza); iii) parque nacional (áreas naturais manejadas principalmente para a proteção de ecossistemas e atividades recreativas); iv) monumento natural (áreas protegidas manejadas para conservar características específicas); vi) área de manejo de habitats/espécies (áreas manejadas principalmente para a conservação, com intervenção ao nível de gestão); vii) paisagens manejadas (áreas terrestres ou marinhas, manejadas principalmente para conservar paisagens e recreação); e viii) área protegida com recursos manejados (áreas de reserva de recursos manejados de forma sustentáveis (DOUROJEANNI; PÁDUA, 2007, p. 57 apud SOUZA, 2014).

Na Tabela 2, é possível visualizar as semelhanças entre o modelo IUCN e SNUC em que ocorre semelhanças e algumas diferentes.

Tabela 2: Comparativo das Unidades de Conservação do modelo SNUC em relação ao modelo IUCN.

	CATEGORIA IUCN	CATEGORIA SNUC (Brasil)
i)	Áreas Naturais Selvagens	Reserva Biológica - REBIO
	Reserva natural estrita	Estação Ecológica - ESEC
	Área natural silvestre	
ii)	Parque Nacional	Parque Nacional - PARNA
		Parque Estadual e Municipal
iii)	Monumento Natural	Monumento Natural - MN
iv)	Área de Manejo de habitats/espécies	Refúgio da Vida Silvestre - RVS
		Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE
		Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN
v)	Paisagem terrestre ou marinha protegida	Área de Proteção Ambiental - APA
vi)	Reserva de recursos manejados	Floresta Nacional – FLONA; Floresta Estadual
		Reserva Extrativista - RESEX
		Reserva de Desenvolvimento Sustentado - RDS

Fonte: Adaptado a partir das informações de (DOUROJEANNI; PÁDUA 2007 apud SOUZA, 2014).

Atualmente as áreas protegidas no Brasil se assemelham com a primeira experiência de criação de uma área protegida no mundo. E é relevante que nestes processos de construção dos Parques Nacionais estiveram presentes razões socioeconômicas e, principalmente no tocante à questão ambiental (ANDRADE; IADANZA, 2016).

METODOLOGIA

A natureza deste trabalho é caracterizada como uma pesquisa qualitativa, pois a mesma agrega conceitos e características, financeiras e socioeconômicas (OLIVEIRA, 2011), com uma abordagem descritiva e explicativa; explicativa, pois expõe fenômenos que caracterizam o contexto da pesquisa, como descreve Rodrigues (2007); e descritiva, uma vez que visa descrever as características de determinadas populações ou fenômenos (GIL, 2008).

A informações com os documentos acessados foram delimitados, divididos e analisados com base nos temas-problema, e nas combinações de palavras-chave: “unidades de conservação”, “áreas de proteção ambiental”, “parques nacionais”, “unidades de conservação” e “sustentabilidade”. É relevante destacar que a investigação documental, com a intenção de averiguar a natureza da pesquisa, delimitou-se a trabalhos realizados na região amazônica. Em relação aos meios das pesquisas, os mesmos foram feitos, por meio de um levantamento documental.

O levantamento de dados foi realizado por meio de consulta eletrônica nas plataformas de base de dados eletrônicos Google Acadêmico, SciELO (Scientific Electronic Library Online) Brasil e a Web of Science, compreendendo o período de inclusão de 1934 a 2022. Foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais, onde verificou-se a publicação de 14 produções bibliográficas sobre Unidades de Conservação, Áreas de Proteção Ambiental e abordagens metodológicas contidos em artigos, livros, dissertações, relatórios e documentos institucionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Histórico das Unidades de Conservação no Brasil

No Brasil, o embrião inicial de alguma proposição de criar áreas de preservação, ocorreu no fim do período imperial, apenas seis anos depois da criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, o engenheiro e inventor André Rebouças, propôs em 1878 a criação de um parque na região do maciço do Itatiaia, no Rio de Janeiro, após visitar a região. No entanto, a iniciativa falhou, sendo criada no mesmo ano a Estação Biológica de Itatiaia, um polo de pesquisas sob a responsabilidade à época do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (ANDRADE; IADANZA, 2016).

Mas foi apenas no início da década de 1930 com o decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930 com o início do governo Getúlio Vargas que assumiu o poder e através desse decreto ele já pensava em criar áreas de proteção (ARAÚJO, 2012). A Tabela 3 mostra os eventos que ocorreram no Governo Vargas (1930 – 1945) para a temática do meio ambiente:

Tabela 3: Acontecimentos no Era Vargas (1930 – 1945) na temática ambiental.

Acontecimento	Data	Contribuição
Decreto 23.793	1934	Aprovação do código Florestal Brasileiro
Promulgação da Constituição	1934	Ficou incumbido ao ministério da Agricultura classificar, as várias regiões e as florestas protetoras e remanescentes, localizar os parques nacionais, e organizar florestas modelo, procedendo para tais fins, ao reconhecimento de toda a área florestal do país.
Acontecimento da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza	1934	Onde foi alertado para a devastação das florestas em todas as regiões do país, enfatizando a necessidade de sua conservação. Apresentou duas argumentações: uma, se referindo a natureza como um recurso econômico e a outra, como objeto de culto
Publicação da Obra: Phytogeografia do Brasil	1934	O botânico Alberto Sampaio escreve sobre o seu conceito de proteção à natureza, sob a influência das ideias do político e intelectual Alberto Torres.
Publicação da Obra: Biogeografia Dinâmica	1935	Foi apresentado pelo botânico Alberto Sampaio um programa efetivo para a proteção da natureza.
Criação do primeiro parque nacional no Brasil: Parque Nacional do Itatiaia	1937	A partir da criação do parque uma área de mais de 11 mil hectares foi instituída nas terras da Estação Biológica do Itatiaia, no Rio de Janeiro.

Firmamentos dos Acordos de Washington	1942	Atender às demandas de borracha dos aliados na Segunda Guerra Mundial.
Criação do Instituto Nacional do Pinho – INP	1942	Regulou o preço da madeira exportada pelo país e proporcionou a ampliação dos conhecimentos técnicos e científicos acerca da exploração dos recursos naturais.

Fonte: Criado a partir das informações de (BRASIL, 1934; ARAÚJO, 2012B).

A expectativa era de que os parques nacionais fizessem sucesso com o desenvolvimento do turismo, nos moldes do que ocorre com os parques norte-americanos. No entanto, o modelo estadunidense contava uma infraestrutura favorável ao turismo, contrariamente ao Brasil. Uma preocupação do governo, no tocante da integração do território nacional (ARAÚJO, 2012). E isso segue com as ações da Quarta República Brasileira, como consta na Tabela 4.

Tabela 4: Acontecimentos na Quarta República (1945 – 1964) na temática ambiental.

Acontecimento	Data	Contribuição
Criação do primeiro espaço da vida silvestre: no município de Sooretama – ES.	1945	Proteção ambiental no Estado do Espírito Santo.
Criação da primeira Floresta Nacional da Região Nordeste a floresta Araripe-Apodi	1946	Proteção ambiental nos estados do Ceará, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte
Criação do Parque Nacional de Paulo Afonso	1948	Proteção ambiental nos Estados da Bahia, Alagoas e Pernambuco. No entanto, foi extinta devido à construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso no Estado da Bahia
Criação do Instituto de Pesquisas da Amazônia – INPA	1952	Geração de conhecimentos científicos sobre a Região Amazônica

Regulamentação do artigo 199 da Constituição Federal	1953	Delimitou a Amazônia Legal e instituiu o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA)
Criação dos seguintes Parques Nacionais: Aparados da Serra (RS e SC), Araguaia (TO), Ubajara (CE), das Emas (GO) e Chapada dos Veadeiros (GO)	1959 - 1961	Criação de áreas de proteção ambiental em diversos Estados: Ceará, Goiás, Rio Grande do Sul e Tocantins.
Criação dos seguintes Parques Nacionais: do Caparaó (MG e ES), Sete Cidades (PI), São Joaquim (SC), Tijuca (RJ), Sete Quedas (PR), de Brasília (DF), de Monte Pascoal (BA) e a Floresta Nacional de Caxiuana (PA)	1961	Criação de áreas de proteção ambiental em diversos Estados: Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, PiauÍ, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina

Fonte: Criado a partir das informações de (BRASIL, 1934; ARAÚJO, 2012B).

Segundo Araújo (2012) houve pouca evolução nas áreas de preservação no período da Quarta República, no entanto é perceptível que houve uma maior evolução no tocante às Unidades de Conservações a partir de 1961, apesar de criação de alguns instrumentos favoráveis ao desenvolvimento econômico da Amazônia e do INPA para a ciência e tecnologia local.

Com o advento histórico do golpe militar de 31 de março de 1964, segundo Andrade e Iadanza (2016), o novo regime trabalhou o desenvolvimento econômico do país e expansão agrícola, o governo necessitou realizar ajustes e expansão das Unidades de Conservação como consta na Tabela 5.

Tabela 5: Acontecimentos no Governo Militar (1964 – 1985) na temática ambiental.

Acontecimento	Data	Contribuição
---------------	------	--------------

Foi aprovado o Novo Código Florestal	1965	Apresentou uma nova proposta de normas que visava a adequação e a proteção do patrimônio florestal brasileiro. Previu a criação de parques nacionais, florestas nacionais e reservas biológicas
Criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal	1967	Deu suporte aos projetos de reflorestamento conduzidos pela iniciativa privada, bem como formulou e executou políticas referentes às unidades de conservação e aos recursos florestais
Criação do Programa de Integração Nacional – PIN	1970	Visou incluir a economia as Regiões Norte e Nordeste à Economia Nacional
Criação dos parques nacionais: da Serra da Bocaina (RJ), da Serra da Canastra (MG) e as Reservas Biológicas: de Cará-Cará (MT), de Poço das Antas (RJ).	1970 - 1979	Criação de áreas de proteção ambiental em diversos Estados: Minas Gerais, Mato Grosso e Rio de Janeiro
Criação da (FLONA) Floresta Nacional do Tapajós e do Parque Nacional da Amazônia	1974	As duas primeiras unidades de conservação federais criadas na Região Amazônica
Foi proposto o Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil – etapas I e II.	1972 e 1982	Objetivou identificar as lacunas e as áreas protegidas de maior importância do sistema de parques
Criação a Floresta Nacional (FLONA) do Jamari, em Rondônia	1984	Essa Floresta Nacional (FLONA), surgiu como medida de redução dos impactos ambientais decorrentes da obra da rodovia BR-364

Fonte: Criado a partir das informações de (BRASIL, 1934; ARAÚJO, 2012B; ANDRADE; IADANZA, 2016).

Após regime militar brasileiro com Carta Magna de 1988 e conseqüentemente com a Constituição Federal de 1988, que deu destaque ao meio ambiente e destinou um artigo à essa temática, onde em seu artigo 225, ela consolida o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, onde todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida (ANDRADE; IADANZA, 2016).

A partir da década de 1990 houve um fortalecimento da temática das unidades de conservação ambiental no Brasil. Em 1991, no governo Collor (1990 – 1992) começou a execução do Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA I, contemplando investimentos no fortalecimento institucional, unidades de conservação e proteção dos ecossistemas, nesse contexto, tem-se por meta principal a atuação nas áreas de licenciamento, monitoramento e instrumentos econômicos para a gestão do meio ambiente, em conjunto com os Estados (ARAÚJO, 2012B).

Mas foi na mesma perspectiva de garantir o direito ao meio ambiente sadio foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC através da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e regulamentada pelo decreto nº 4.340, de 22 de agosto do ano de 2002. Essa lei define unidade de conservação como sendo o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção ambiental como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1: Unidades de Conservação (UC) e suas categorias

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)	
Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Floresta Nacional
Parque Nacional	Área de Relevante Interesse Ecológico
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio da Vida Silvestre	Reserva da Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: Criado a partir das informações de (BRASIL, 2000)

A partir do que foi exposto sobre a criação das atividades se faz necessário, além disso, destacar o papel vital que determinadas categorias de áreas protegidas brasileiras têm na reprodução social de povos e populações tradicionais como fonte de recursos e, essencialmente, como território de trabalho e de vida singulares (ANDRADE; IADANZA, 2016).

Nos governos democráticos depois do Regime Militar, houve avanços significativos na expansão de áreas de conservação. No Governo José Sarney (1985 – 1990), Fernando Collor (1990 – 1992), Itamar Franco (1992 – 1994), Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), Lula (2003 – 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2016) (SOUZA, 2012). A Tabela 5 mostra a criação por (hectares) de cada governo com Unidades de conservação, tanto de unidades de proteção integral, quanto de unidades de uso sustentável.

Tabela 6: Unidades de Conservações Criadas por governo (1985 – 2016) em hectare (ha)

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)			
Governos	Unidades de Proteção Integral em (ha)	Unidades de Uso Sustentável em (ha)	Total de áreas criadas (ha)
José Sarney (1985 – 1990)	2.370.131,69	10.009.513,68	12.379.645,37
Fernando Collor (1990 – 1992)	956.020,95	2.594.414,32	3.550.435,27
Itamar Franco (1992 – 1994)	0	14.640	14.640
Fernando Henrique Cardoso	8.176.481,88	14.002.894,55	22.179.376,43

(1995 – 2002)			
Luiz Inácio Lula da Silva	10.587.514,37	14.152.044,68	24.739.559,05
(2003 – 2010)			
Dilma Rousseff	124.812	148.043,77	272.855,77
(2011 – 2016)			

Fonte: Criado a partir das informações de (SOUZA, 2014)

Com as informações obtidas da Tabela 1 é possível entender que houve um grande avanço na criação de Unidades de Conservação nos governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) com mais de 46 milhões de hectares de Unidades de conservação, tanto de unidades de proteção integral, quanto de unidades de uso sustentável.

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Presidente Figueiredo Caverna do Maroaga

Um das principais atividades do município de Presidente Figueiredo é o setor do turismo, cujo os principais motores do desenvolvimento dessa atividade, segundo Marques e Santos (2022), são o patrimônio natural e o cultural de uma localidade. Em função disto, torna-se impossível o desenvolvimento do turismo sem a participação direta ou indireta do poder público, dentre os quais será possível visualizar a seguir.

A últimas décadas foram um período de grandes transformações históricas, de transição, composto por processos complexos e de inter-relacionamentos. Os impactos da globalização não foram iguais, podendo-se identificar três campos que passaram por profundas reestruturações nas últimas décadas. A primeira observação foi relacionada à produção e ao trabalho, com a geração e reinvenção de novos valores de mercantilização, de acumulação, de ocupação e maior informalização e divisão das atividades econômicas; a segunda foi com respeito a influência estatal, com o enfraquecimento do controle central frente aos novos movimentos sociais e sociopolíticos que abriram novas discussões nas relações com território (SOARES; SILVA, 2022).

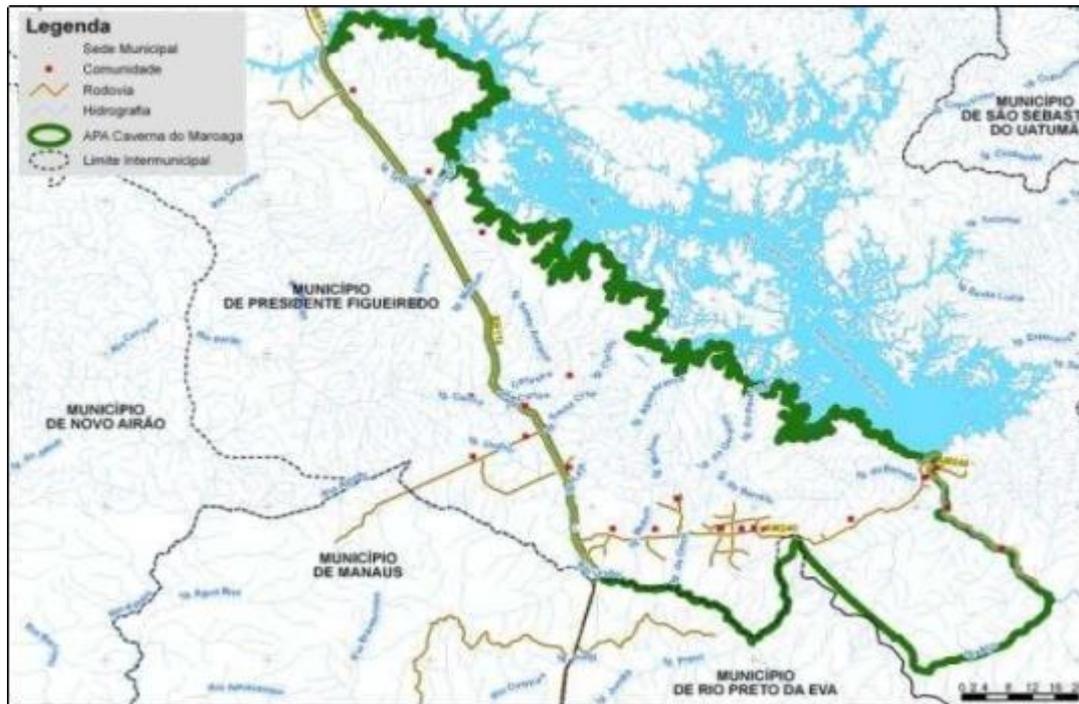
O planejamento das ações para realização do Plano de Gestão da APA Caverna do Maroaga ocorreu inicialmente no ano de 2005 quando foi realizado um diagnóstico sobre o envolvimento e a participação dos diferentes atores sociais no processo de elaboração do Plano de Gestão da APA financiado pelos G-7, grupo dos países mais industrializados do mundo, constituídos por: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido além dos Países Baixos. De 2005 a 2009, as atividades na unidade se restringiram a ações de fiscalização, reuniões do conselho e cursos de capacitação para os comunitários residentes (AMAZONAS, 2011).

Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente a O instrumento técnico de planejamento norteador das ações estratégicas a serem desenvolvidas nas unidades de conservação, visando cumprir os objetivos específicos de cada uma, é chamado, no Amazonas, de Plano de Gestão (PG). Tem como objetivo subsidiar o órgão gestor da UC, assim como o seu conselho deliberativo, no desenvolvimento de ações e programas, que vise garantir o melhoramento da qualidade de vida da comunidade que a habita, a valorização de seus atributos naturais e o uso sustentável dos recursos naturais (AMAZONAS, 2011).

A categoria da Área de Proteção Ambiental (APA) é regulamentada pela Lei n° 6.902 de 27/04/1981, que permite ao Poder Executivo federal, estadual e municipal declarar determinadas áreas singulares como de interesse para a proteção ambiental, visando o bem estar social população (AMAZONAS, 2011).

O acesso à APA Caverna do Maroaga é feito por via terrestre e fluvial. Por via terrestre, pela BR 174 que liga o Amazonas a Roraima no trecho Manaus para Caracaraí e Boa Vista, continuando até à capital venezuelana Caracas. Saindo de Manaus, por esta rodovia, até a sede do município de Presidente Figueiredo, percorre-se 107 km. A APA inicia-se no km 98, no cruzamento da BR 174 com a margem esquerda do rio Urubu. Continuando em direção norte até o cruzamento da BR 174 com o ponto mais setentrional do lago da hidrelétrica de Balbina, ou até o rio Santo Antônio do Abonari, chega-se ao limite da Unidade com a Terra indígena Waimiri-Atroari (Figura 4).

Figura 1: Localização da APA de Presidente Figueiredo Caverna do Maroaga



Fonte: (AMAZONAS, 2011)

Outras informações complementares, estão contidas na no plano de gestão onde se pode observar no Quadro 2.

Quadro 2: Informações Gerais da APA Caverna do Maroaga

Nome	Área de Proteção Ambiental de Presidente Figueiredo Caverna do Maroaga
Unidade Gestora	Centro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC / Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS
Área	374.700,00 hectares
Município	Presidente Figueiredo
Estado	Amazonas
Coordenadas geográficas	02°02'58,7'' Latitude S 59°58'22'' Longitude W
Data de criação	09 de março de 1990

Decreto de criação	Decreto Estadual nº 12.836. Alteração de limite Decreto estadual nº 16.363 de 1994
Limites	Terra indígena Waimiri-Atroari e lago da hidrelétrica de Balbina, ao norte, BR 174 a oeste, rio Urubu e Igarapé-Açu ao sul e rio Uatumã a leste
Bioma	Amazônia
Ecosistemas	Florestas
Atividades em andamento	Fiscalização, Educação ambiental
Atividades conflitantes	Ocupação ilegal de terras, desmatamento
Atividades de uso público	Turismo, recreação, pesquisa.
Conselho Deliberativo	Portaria nº. 114/2009, de 05/06/2009

Fonte: (AMAZONAS, 2011)

APA Caverna do Maroaga foi criada com a totalidade de sua área de 256.200 hectares inseridos no município de Presidente Figueiredo. Mas no ano de 1994 houve retificação dos limites e ampliação da área da unidade de conservação devido a incorreções quanto ao perfil geográfico na redação de seu decreto de criação. Foi concluído, por meio de estudos e levantamentos, que houve uma interpretação equivocada, quanto aos limites da unidade (AMAZONAS, 2011).

Em síntese o principal objetivo das Áreas de Proteção Ambiental, segundo o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas, é o de:

Disciplinar o processo de ocupação de sua área, buscando conciliar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais com a proteção da natureza. Além disso exercem importante papel complementar de suporte às unidades de proteção integral como: corredores ecológicos e zonas de amortecimento, onde a condição de ocupação humana não permita a existência de uma unidade de proteção integral. A Missão das unidades de conservação do estado do Amazonas representa sua razão de existência e seu propósito a longo prazo. Desse modo, a missão da APA Caverna do Maroaga contempla seus objetivos legais e aqueles outros oriundos de suas singularidades, identificados durante as Oficinas de Planejamento Participativo (realizadas durante os meses de julho e agosto de 2010), em que participaram representantes das

comunidades rurais presentes na unidade, assim como membros de diversas instituições (AMAZONAS, 2011 p. 145).

A missão da APA foi desenvolvida durante as cinco oficinas de planejamento participativo, realizadas nas comunidades: Nova Jerusalém, Boa União (Rumo Certo), Boa Esperança, Marcos Freire, Cristo Rei e São José do Uatumã, onde nas duas primeiras oficinas, os residentes das comunidades rurais construíram frases para compor a Missão da Área de Proteção Ambiental (AMAZONAS, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto nos capítulos deste trabalho, ressalta-se a importância das Unidades de Conservações para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; como a atividade turística, considerada como vetor de desenvolvimento local. É perceptível que a Área de Proteção Ambiental (APA) de Presidente Figueiredo Caverna do Maroaga no seu plano de objetiva como o de qualquer Área de Proteção Ambiental a de preservação do meio ambiente, dos povos tradicionais e desenvolvimento sustentável.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) a concessão de bolsa de pesquisa de mestrado ao primeiro autor.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. P.; IADANZA, E. E. S. Unidades de Conservação no Brasil: algumas considerações e desafios. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 5, n. 1, Viçosa, v.5, n.1, p. 81-96 jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/>> Acesso em 30. mar. 2022.

AMAZONAS. SEMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental de Presidente Figueiredo Caverna do Maroaga**. Manaus. 2011. Disponível em: <<http://meioambiente.am.gov.br/>> Acesso em: 22. abr. 2022.

ARAÚJO, M. A. R. A. Biodiversidade e Sua Importância. In: NEXUCS – Núcleo para excelência de unidades de conservação ambiental. **Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para Resultados**. São Carlos: Rima Editora, 2012 (A). p. 3-24.

ARAÚJO, M. A. R. A. Unidades de Conservação: importância e História no Mundo. In: NEXUCS – Núcleo para excelência de unidades de conservação ambiental. **Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para Resultados**. São Carlos: Rima Editora, 2012 (B). p. 25-50.

BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o código florestal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1934.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 19 jul. 2000.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Annablume, 2002. 101.p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. p. 220.

MARQUES, C.; SANTOS, C. H. S. A política pública e a economia do turismo local. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 88–100, 2014.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia Científica**: Um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão 2011. Disponível em: <<https://adm.catalao.ufg.br/>> Acesso em 09 nov. 2021.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. Paracambi 2007. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/>> Acesso em: 04. nov. 2021.

SOARES, A. L. S.; SILVA, L. X. Do determinismo histórico às possibilidades de mudanças institucionais no âmbito do território. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 18, n. 1, p.

SOUZA, M. F. R. **Política Pública para Unidades de Conservação no Brasil: Diagnostico e Propostas para uma Revisão**. 1. ed. Rio de Janeiro: LumenJuris/Direito, 2014. v. 1. 469 p.

TOZZO, R. A.; MARCHI, E. C. Unidades de Conservação no Brasil: UMA VISÃO CONCEITUAL, HISTÓRICA E LEGISLATIVA. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade** |vol. 6, n.3, p. 508 - 523 | jul - dez 2014. Disponível em: <<https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/>> Acesso em 06. abr. 2022.

Recebido em: 06 de janeiro de 2023.

Aceito em: 10 de março de 2024.

Publicado em: 01 de janeiro de 2025.

Autoria:

Autor 1

Nome: ERICK COELHO

Breve currículo: Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas (PPGCA/IEAA/UFAM) (2023), atualmente, é doutorando em Ciências Ambientais, pela Universidade de Brasília (PPGCA/FUP/UnB).

E-mail: erickalvesbrito@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1565-8457>

País: Brasil

Autoria:

Autor 2

Nome: Janaína Lima

Breve Currículo: Professora Associada III, na Universidade Federal do Amazonas e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA/IEAA/UFAM), lotada na Faculdade de Ciências Agrárias.

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

E-mail: paolucci@ufam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3771-3891>

País: Brasil